

Assembleia da República
Divisão de Apoio às Comissões
Comissão de Orçamento e Finanças
Entrada: 08/05/2023
Discussão e votação a: 10/05/2023
Resultado: Rejeitado
Favor: PSD, CH
Contra: PS
Abstenção: IL, PCP
Ausência: BE, PAN e L

Exmo. Senhor Presidente da Comissão da Comissão de Orçamento e Finanças

Deputado Filipe Neto Brandão

Assunto: Requerimento para audições urgentes do Governador do Banco de Portugal; Associação Portuguesa de Bancos; Associação de Defesa dos Clientes Bancários; Associação dos Lesados do Banif e Associação dos Lesados do Papel Comercial do BES

Exmo. Sr. Presidente,

As principais instituições bancárias portuguesas com a apresentação dos seus relatórios e contas de 2022 revelaram resultados líquidos acima dos 2.000 milhões de euros, ou seja um significativo acréscimo de 52% relativamente a 2021, que representa uma subida expressiva de 52% em relação ao ano transato.

No caso da CGD, os lucros atingiram os 843 milhões de euros, tendo por consequência sido entregue ao Estado o maior dividendo de sempre, ou seja, 352 milhões de euros em *cash* mais o edifício-sede, que está avaliado em mais de 300 milhões, a título de dividendo em espécie.

Por sua vez, se no Santander Totta, os lucros duplicaram em relação ao ano passado, atingindo mais de 600 milhões de euros, com uma significativa fração para a casa-mãe em Espanha, no BPI, os lucros corresponderam a 365 milhões de euros, em que 285 milhões de euros foram para o banco espanhol CaixaBank.

Segundo o “Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito” do Banco de Portugal, datado de 2 de maio de 2023 *“as decisões sobre as taxas de juro do BCE contribuíram, tanto em Portugal como na área do euro, para um aumento da rendibilidade global dos bancos, entre outubro de 2022 e março de 2023.”*

Em síntese, houve um denominador comum, configurado na subida das taxas de juro, que promoveu o incremento em 30% das margens financeiras (cerca de 4,9 milhões de euros), para além de que a Caixa Geral de Depósitos e o Santander Totta já apresentam ROE's (rentabilidade dos capitais próprios) na ordem dos 10%, que representa um fulcral indicador de atratividade a investidores para um setor particularmente intensivo em capital.

Tendo a CGD e o BCP as maiores subidas da margem financeira, em que o banco público aumentou 40%, decorrente de ser detentor da maior carteira de crédito no mercado português, enquanto o BCP subiu 35%, devido sobretudo ao negócio que detém na Polónia; a expectativa para 2023 é que estas margens aumentem, à medida que as taxas de juros subam, com inerentes reflexos na carteira de crédito dos bancos.

Contudo, merece referência, tendo por base dados facultados pelo Banco de Portugal, que entre junho de 2022 e fevereiro de 2023 *“a diferença entre a taxa de juro dos empréstimos e a taxa de juro dos depósitos a prazo calculada com as taxas de juro dos saldos do setor privado não financeiro aumentou 142 pontos base em Portugal e 15 pontos base na área do euro”*.

Donde se conclui que houve um aumento 9,5 vezes superior na margem financeira dos bancos portugueses, em relação à margem financeira da média dos bancos europeus.

Em contraponto, também de acordo com dados do Banco de Portugal, os juros dos depósitos bancários subiram para 0,65% em fevereiro, continuando muito abaixo da média de 1,53% que se regista na Zona Euro.

Pelo que não admira que, tendo havido em 2022 um valor em poupanças recorde, com um total de 228 mil milhões de euros, ou seja, um crescimento de 6% relativamente a 2021, já se verifica em 2023 uma redução de 2,5 milhões de euros, que advém por um lado de ser mais rentável às famílias portuguesas investirem em Certificados de Aforro e, por outro lado, da necessidade de amortizarem o crédito das suas habitações, face à subida das prestações.

Perante o explicitado revela-se de grande preocupação a diferença abismal das margens financeiras apresentadas pela banca portuguesa, quando se sabe que resulta dos juros mais altos que recebeu pelos empréstimos concedidos às famílias e às empresas, enquanto os juros pagos nos depósitos se mantiveram perto de 0%, o que aliás mereceu a reprovação do Governador do Banco de Portugal.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer audição em comissão do Governador do Banco de Portugal, e que sejam tomadas as diligências necessárias para que também sejam ouvidas a Associação Portuguesa de Bancos; Associação de Defesa dos Clientes Bancários; Associação dos Lesados do Banif e Associação dos Lesados do Papel Comercial do BES.

Palácio de S. Bento, 8 de maio de 2023

O Deputado do GPCH,

Rui Afonso